



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

Literatura e experiência urbana: os espaços das igrejas na literatura

Nina Luiza Souza da Silva Zied

RIO DE JANEIRO

2021

Nina Luíza Souza da Silva Zied

**Literatura e experiência urbana: os espaços das igrejas na
literatura**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Marino do Nascimento

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciatura em Letras na
habilitação Português/Árabe.

RIO DE JANEIRO

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Z651 Zied, Nina Luiza Souza da Silva
Literatura e experiência urbana: os espaços das igrejas na literatura / Nina Luiza Souza da Silva Zied. -- Rio de Janeiro, 2021.
38 f.

Orientadora: Luciana Marino do Nascimento.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Licenciado em Letras: Português - Árabe, 2021.

1. José de Alencar. 2. Igreja da Glória. 3. Fenômeno urbano. 4. Arquitetura religiosa. I. Nascimento, Luciana Marino do, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

À minha avó, IRIDINA DE SOUZA SILVA, que ensinou a minha mãe e a mim a andarmos nos caminhos do Senhor e a jamais deixar faltar o pão que alimenta nosso espírito. Suas instruções e valores me fizeram ser quem eu sou.

À minha mãe, CLEIDE SOUZA DA SILVA ZIED, por ser o meu alicerce e por enxergar em mim todo o potencial que tenho para oferecer ao mundo. A sua força, a luz que emana e a sua resiliência me inspiram a querer ser, a cada dia, um ser humano melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, “eu te amarei de coração, Ó Senhor, fortaleza minha. O Senhor é o meu rochedo, e o meu lugar forte, e o meu libertador; o meu Deus, a minha fortaleza, em quem confio; o meu escudo, a força da minha salvação e o meu alto refúgio. Invocarei o nome do Senhor, que é digno de louvor, e ficarei livre dos meus inimigos” (Salmos 18:1-3)

A minha família, que sempre me estende a mão. Em especial, a minha mãe, que sempre atuou como leitora crítica e incentivadora de todo o meu processo criativo durante todas as etapas da minha vida. Obrigada pelo apoio inestimável, você é a minha principal fonte de inspiração.

A minha avó, Iridina de Souza Silva (*In memoriam*), cuja fé sempre me serviu de exemplo. Sou grata a Deus por ter permitido viver ao seu lado, amando e sendo amada, por quatorze anos da minha existência.

A professora e orientadora Luciana Marino do Nascimento, não só pela orientação, suporte e leitura atenta durante todo o amadurecimento do meu projeto, mas por todo o carinho, amizade e confiança que depositou em mim durante a minha jornada acadêmica.

A Lorena Coutinho, que com seu olhar artístico, foi capaz de capturar e representar a beleza do Outeiro da Glória em um desenho fantástico para o meu trabalho.

A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, por representar não só um espaço cartográfico em um mapa ou um espaço físico de refúgio, mas por ser símbolo de fé, resistência e valor de um povo.

RESUMO

A presença de Igrejas Católicas Apostólicas Romanas no cenário, no Rio de Janeiro, desde os primórdios de sua fundação, é constituída na herança da tradição Cristã, trazida pelos próprios colonizadores para a estruturação do espaço urbano. Sabe-se que ao pensar em arquitetura religiosa, não se pensa apenas em erguer um templo, mas em viabilizar um espaço de sociabilidade que participa ativamente da vida da cidade. Através de produções literárias recorrentes, que tematizam a cidade como fenômeno urbano – com um foco nos períodos Imperial e colonial [finais do século XIX e início do XX] – o presente trabalho buscará a compreensão não só da cartografia e do desenho urbano da cidade, mas suas modificações, seus valores e a forma de representação do imaginário urbano, nas obras estudadas.

Palavras-chaves: tradição, igreja, fenômeno urbano, espaço sagrado.

ABSTRACT

The presence of Roman Catholic Apostolic Churches in the scene, in Rio de Janeiro, since the beginning of its foundation, is constituted in the heritage of the Christian tradition, brought by the colonizers for themselves to structuring the urban space. It is known that when it is thinking in religious architecture, it is not just to think about building a temple, but also enabling a space of sociability that participates actively in the life of the city. Through the recurrent literary productions, that thematize the city as an urban phenomenon - with a focus on Imperial and Colonial periods (last of 19th and early 20th century) - this work will seek the understanding not only the cartography and the urban design, but its modifications, its values and the form of representation of the urban imaginary, in the works studied.

Keywords: tradition, church, urban phenomenon, sacred space.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
I. Da ficção para a realidade: Identidade nacional e o romance histórico de José de Alencar.....	11
II. No Alto da Montanha estando mais perto de Deus: O Outeiro da Glória em <i>O Ermitão da Glória</i> , de José de Alencar.....	19
III. Reflexos sociais da sociedade em <i>Lucíola</i> : União e segregação espacial na Igreja da Glória.....	26
Considerações finais.....	34
Referências.....	37

Introdução

É importante considerar determinados acontecimentos históricos para a formação da Independência do Brasil. Nesse sentido, a abertura dos Portos, em 1808, e a sua elevação ao status de Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves, em 1815, foram essenciais nesse processo. Além disso, é necessário destacar também questões de cunho administrativo, econômico e político ainda pautados na agricultura e exploração de escravos.

Em um acréscimo as tais condições, a Coroa ainda enfrentava diversos problemas, como, a desigualdade do país, a distância e falta de comunicação entre as províncias, e a insatisfação de uma população que não conseguia enxergar melhorias com a vinda da Corte, fazendo com que movimentos separatistas e rebeliões populares começassem a eclodir, em resposta aos problemas econômicos vigentes.

Diante desse cenário, D. João VI passa a assumir de volta o trono de Portugal, deixando seu filho D. Pedro como Príncipe Regente no Brasil, o que estabeleceu mudanças, dentre as quais, a “transferência para Lisboa das principais repartições instaladas no Brasil; novos contingentes de tropas foram destacados para Rio de Janeiro, e finalmente, em 29 de setembro, foi assinado decreto exigindo o retorno do Príncipe Regente” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.10).

A partir desse momento, a população brasileira reagiu ativamente às ameaças apresentadas e passou a reunir assinaturas para a permanência do governante, estabelecendo o *Dia do Fico*¹, representando, assim, um rompimento do Príncipe com a Corte Portuguesa. No entanto, a insatisfação da Corte fez com que fossem expulsas as tropas portuguesas e, posteriormente, fossem consideradas inimigas, gerando um contexto insustentável e passível de retaliação, por parte de Portugal, ao mesmo tempo em que, torna-se um fato histórico que dá importância aos rumos da nação brasileira, impulsionando a economia da cidade e iniciando um novo ciclo de transformações nos desenhos urbanos brasileiros. Nesse sentido, é enfatizado que “as Cortes ordenavam a volta imediata do príncipe, o fim de uma série de medidas que consideravam privilégios brasileiros, e acusavam de traição os ministros que cercavam o regente.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 218).

Sendo assim, não foi mais possível protelar com a decisão tomada. Em consequência das ordens dadas pela Coroa Portuguesa e suas respectivas retaliações, alguns meses depois,

¹ Na história do Brasil faz referência ao dia 09 de janeiro de 1822. Neste dia conhecido como “Dia do Fico” o Príncipe Regente D. Pedro anunciou seu posicionamento às ordens dadas pela Coroa Portuguesa em relação ao seu retorno em Portugal, e oficializou sua permanência no Brasil.

em 07 de setembro de 1822, o Príncipe Regente proclamou a Independência do Brasil, rompendo, definitivamente, a ligação com Portugal. Esse fator fez com que uma nova fase da História se iniciasse, agora, sob a condição de um Império.

Através dos séculos, é possível observar períodos de obras públicas ativas, de melhoramentos e embelezamentos da cidade, além de diversos investimentos culturais e administrativos. Além disso, períodos de importância econômica, como os ciclos de cana de açúcar, do ouro e do café, fizeram com que a província do Rio de Janeiro se destacasse e, nos dias atuais, o estado fluminense seja considerado o segundo polo industrial do Brasil, além de um importante centro cultural e, conseqüentemente, um dos principais destinos turísticos do país.

A presença das Igrejas Católicas Apostólicas Romanas, no cenário do Rio de Janeiro, desde os primeiros séculos de sua fundação, é constituída pela herança da tradição Cristã trazida pelos próprios colonizadores portugueses, tal como uma prática frequente na América Hispânica.

A partir do momento em que as igrejas passaram a buscar uma maior autonomia, cientes de sua importância social, houve um processo de reorganização de caráter moral e religioso – tanto do clero quanto da própria população – fazendo com que os costumes e as vivências se moldassem, conforme a conjuntura e prática cultural da época.

A estruturação do espaço urbano passará a se construir, primordialmente, através das ações desses religiosos, pois várias das transformações, como, por exemplo, construções de pontes e chafarizes, poços, saneamento básico, iluminação pública e abertura de ruas se darão primeiramente nas fazendas de religiosos para serem, posteriormente, trazidas para a cidade.

Como as irmandades e os ofícios segregavam o espaço disponível, de acordo com suas propriedades e definições de forma e de uso do solo, essa segregação acabava fazendo com que as Igrejas se transformassem em distritos, bairros ou pontos de referência da cidade e, conseqüentemente, passasse a representar não só sua extensão territorial em um mapa, mas a impor a sua importância social.

Além de todo o seu aparato administrativo, a construção das igrejas também fazia parte do próprio processo colonizador. Porém, ao pensar na arquitetura religiosa, é possível afirmar que não se tratava somente de erigir um templo, mas em abranger uma valiosíssima arte religiosa, que funcionava como uma espécie de pedagogia do bem morrer dentro das normas cristãs. Pode-se dizer que era um espaço de sociabilidade que participava ativamente da vida da cidade, já que

a partir do século XVII, vê-se como tendência predominante uma valorização da paisagem construída contraposta ao derredor natural, que perde, a partir do século seguinte, destaque na representação ou é mesmo desprezado. O destaque valorizado no espaço construído é dado, sobretudo, às edificações, especialmente as fortalezas e igrejas que demarcam os limites do espaço retratado, enquanto a paisagem natural é indicada apenas pelo relevo montanhoso. (...) Nesse sentido, a urbanidade é afirmada pela identificação com o poder colonizador. (KNAUSS, 1997, p. 8)

Tendo em vista o exposto, pretende-se estudar a presença das igrejas dos períodos Colonial e Imperial, na Literatura de fins do século XIX e início do século XX, por ser essa produção literária bastante recorrente em tematizar a cidade como novidade e fenômeno urbano através da leitura das obras *O Ermitão da Glória* e *Lucíola*, ambas as obras autoria de José de Alencar, tendo como horizonte de leitura a representação da Igreja do Outeiro da Glória, em sua narrativa, para compreender não só a cartografia e o desenho urbano da cidade do Rio de Janeiro, mas suas transformações e modificações urbanas, seus contrastes de valores – éticos e espirituais – e a forma em que o social passou a ser observado e representado no imaginário urbano de suas obras.

1. Da ficção para a realidade: Identidade nacional e o romance histórico de José de Alencar

A construção da nacionalidade e a criação dos projetos de identidades nacionais têm origem na Europa, notadamente na França, a revolucionária de fins do século XVIII. Naquele momento, a França era um país bastante heterogêneo linguisticamente, sendo que, somente uma pequena parcela da população falava o francês padrão. Fato esse que se tornou uma bandeira política para os revolucionários de 1789.

Nesse sentido, a Revolução Francesa² marca o ponto chave na passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea e, com isso, uma mudança entre os conceitos de *nação* e, conseqüentemente, do próprio *nacionalismo*. Eric Hobsbawm (1990) disserta sobre a caracterização de uma nação a partir de um ideário de uma sociedade em processo contínuo e dinâmico de formação, pois

o desenvolvimento das nações era inquestionavelmente uma fase do progresso ou da evolução humana que ia do pequeno ao grande grupo, da

² A Revolução Francesa [1789-1799] marca a queda do Antigo Regime ao abrir “novas perspectivas à dignidade dos indivíduos, toda uma sementeira de nações ocorrerá por causa da formulação do direito dos povos a disporem de si mesmos” (RAMOS, 1991, p.157)

família à tribo, à região, à nação e, em última instância, ao mundo unificado. (HOBSBAWM, 1990, p.50)

Dessa forma, o autor assinala tais mudanças na transformação desse ideário social: em um primeiro momento o autor relaciona o termo à ideia de origem e/ou de descendência. A partir da Revolução Industrial, é agregado ao termo conceitos de língua, dos próprios valores identitários de um povo e de um governo que passa a ser capaz de unificação dessa nação.

Dentro dessa perspectiva, uma boa definição pode ser encontrada no *Dicionário de Ciências Sociais*, pois o nacionalismo que se disseminou na citada época pode ser visto como uma espécie de coesão forjada entre indivíduos que habitavam o mesmo país, já que o termo é passível de utilizar critérios como caracterização para uma nação. Logo, *nacionalismo* pode ser definido como uma

consciência de grupo, nacionalismo implica uma coesão, um senso de unidade ou comunidade que identifica o indivíduo como um Estado político existente, ou com uma aspiração ao mesmo. Neste sentido, tem sido equiparado a um estado de espírito, um sentimento, a simpatias comuns, ou a certas afinidades predominantes entre grupos humanos. (Dicionário de Ciências Sociais, 1987, p.802).

Conseqüentemente, na esteira do nacionalismo, vieram também os projetos de identidades nacionais, e vão se distinguir do conceito de nacionalismo por serem frutos de uma forma discursiva associadas ao resultado de pensamentos políticos e intelectuais dentro de uma determinada comunidade. Partindo desse princípio, o conceito de nação se associa ao conjunto de valores e de visões que vigoravam em determinado contexto histórico, conforme assinala Giacón:

A identidade nacional antes de estar associada a uma atitude, a uma preferência, a um momento histórico, a uma raça ou até mesmo a confluência alguns fatores que faz com que um grupo de pessoas adote um mesmo território, onde possam viver e desenvolver-se, a identidade nacional é uma forma discursiva produzida em determinado contexto histórico. Se considerarmos que a identidade é um discurso sua definição passa, então, a estar associada ao fruto do pensamento intelectual e político de cada época da história dessa comunidade. (GIACÓN, 2011, p.1)

Em consequência disso, a nação passa a ser “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” (HOBSBAWM, 1990, p.27). Ou seja, o Estado se torna o responsável pela organização do imaginário de nação, a partir da “identificação de uma nação com uma língua nos possibilita responder a tais questões visto

que o nacionalismo linguístico requer, essencialmente, controle do Estado ou ao menos ganho do reconhecimento oficial para a língua.” (Idem, p. 134)

Nesse sentido, muitas ações foram colocadas em prática para criar a coesão nacional e uma espécie de identidade homogênea. Assim, o discurso literário, a língua, a bandeira, o hino, e a própria formação de uma história oficial serviram como aparato discursivo para se criar uma identidade nacional. No Brasil, esse debate também foi encetado, nos fins do século XIX, com a estética romântica e o projeto de Estado do Segundo Império, uma vez que

o projeto da identidade nacional, cuja semente floresce no romantismo de José de Alencar, constitui-se como uma base nascente da cultura brasileira e o escritor investiu na especificidade da língua na sua variante brasileira, uma vez que é através dela que se transmitem os valores genuínos da Terra Brasilis³. (NASCIMENTO; RIBEIRO, 2020, p.12)

A partir da proclamação da Independência e com a ruptura política brasileira, o Brasil passa a viver um período conturbado em relação a sua própria identidade. Nesse período da História, a Europa era a referência no que se tratava de modelo de civilização. Sendo assim, o Brasil passa a ter a necessidade de se espelhar em um continente considerado avançado ao mesmo tempo em que precisava se firmar uma nação detentora de seus próprios elementos culturais e símbolos para construção de seus ideais nacionais, visto que,

(...) no Brasil, durante o reinado de D. Pedro II, a ideia de construção de uma “nação nos trópicos” se consolidou e o Imperador foi o grande mecenas das artes, da ciência e da literatura, tendo se dedicado a consolidar um projeto de Brasil moderno, tendo como ponto de partida o estabelecimento de uma identidade nacional oficial. (Idem, p.93)

A partir do momento em que a estética romântica se torna mais do que um projeto literário e/ou artístico, se torna um projeto político-estético e uma plêiade de músicos, artistas plásticos e escritores que colocam em prática o projeto civilizatório de nação descrita no presente trabalho. A consequência disso é que a literatura passa a se manifestar em dois níveis distintos, sendo eles:

por meio da palavra, que transmuta a realidade em seu grau de concreção, e por meio das imagens que dela vertem, de seu manancial inesgotável, que é a Linguagem. Desse modo, as considerações em torno de qualquer fato

³ Representa uma idealização legitimada através da linguagem de uma representação imagística de um paraíso terrestre brasileiro durante a colonização, através de descrições passadas de geração em geração. Inicialmente medievá e, posteriormente, através da literatura romântica e se perpetuando como a imagem formadora da identidade brasileira.

histórico, através do olhar cristalino do artista, irrompem o que é/está (im)posto para descortinar o véu indevassável da verdade. (Idem, p.13)

Apesar disso, a Independência não trouxe, efetivamente, grandes mudanças na estrutura do Brasil Império, mas “uma reorganização no topo administrativo, passando o poder concentrado e centralizado pela metrópole portuguesa às mãos das autoridades locais, majoritariamente de raízes rurais” (FANINI, 1996, p.2), já que essas oligarquias ainda estavam baseadas na economia agrícola e escravocrata. No entanto, o choque e o conflito cultural, com a ordem burguesa que chegava da Europa aportando nos meios urbanos, fazia com que a economia se desestruturasse ao ser exigido o fim do tráfico negreiro. Essas pressões internacionais europeias fizeram com que a base rural entrasse em decadência e houvesse a necessidade de se investir em outras atividades já que,

O escravagismo, uma forma colonial, fornece a base social e preside a dinâmica da economia cafeeira. A manutenção intacta do patrimônio das oligarquias fundamenta a montagem do café e a ocupação territorial da província fluminense. Foi a partir do Rio de Janeiro, como polo urbano, e da soldagem com o sistema mercantil que o café, em rápida expansão, integra significativamente o Brasil à divisão de trabalho mundial. (LESSA, 2008, p. 238)

Exposto isso, é possível perceber que os escritos literários ainda estavam atrelados a uma identidade europeia, majoritariamente portuguesa, principalmente no que se tratava de sua imposição. Dessa forma, a língua e a doutrina religiosa que pertenciam ao antigo colonizador já não poderiam ser mais aplicadas, e fez-se necessário a busca de uma que abarcasse características que refletissem as novas tradições e sociedade brasileira, pois, “a linguagem nomeia o mundo e é parte construtora da realidade. É por meio da linguagem que se constroem imagens de terras e povos”. (NASCIMENTO; RIBEIRO, 2020, p.9).

Nesse aspecto, “os modelos explicativos das autodescrições culturais exercem um papel muito importante nas diferentes formações sociais” (FIORIN, 2009, p.119), ou seja, a linguagem presente na própria literatura passa a desempenhar um papel fundamental para a elaboração da identidade nacional brasileira ao disseminar e autodescrever a história do povo brasileiro, visto que,

(...) escrever o que quer que fosse – poesia ou história, teatro ou levantamentos topográficos, romances ou descrições geográficas, crônicas ou dissertações etnográficas – podia ser instrumento para atingir o objetivo visado. Com uma condição: era preciso que o que se escrevesse fosse considerado “útil e precioso” para a pátria.

Os livros úteis e preciosos eram exatamente aqueles que pudessem contribuir para desenhar os contornos de uma imagem do Brasil [...] E, nesse sentido, a literatura tinha muito para dar e seus serviços podem mesmo ser considerados indispensáveis (ROUANET *apud* SILVA, 2017, p. 259)

É a partir da definição do caráter de identidade nacional que se passa a dar à literatura uma representação. Tal como uma espécie de veículo de legitimidade ao conhecimento da realidade local, servindo de ponto de partida para um projeto de nacionalismo que se inicia com o Romantismo e que teve seu auge no Modernismo⁴ brasileiro revolucionando o lugar do homem no mundo e na própria sociedade.

Logo, há uma mudança no próprio termo literatura, que passa a perder a disposição abstrata para se tornar um símbolo de transmissão em massa da identidade nacional, concretizando o desejo de tornar legítimo esse projeto nacionalista, através da celebração da natureza, da história, do indianismo e da religião. Sendo esta, “concebida como posição afetiva, abertura da sensibilidade para o mundo e as coisas através de um espiritualismo mais ou menos indefinido que é propriamente a religiosidade.” (CANDIDO, 2000, p. 347).

A partir dessas temáticas e simbologias, a escrita literária passa a estabelecer um patrimônio ao utilizar como estratégia a narrativa ficcional em prosa de forma a tornar mais acessível, e em massa, uma espécie de realidade circundante, ou seja, ambientes que possam contribuir para a identificação e para dar sustento e verossimilhança as obras apresentadas. Essa escrita passou a compor, então, uma classe de escritores que firmaram uma base nacional no século XX, de forma a

(...) integrar a *intelligentsia*⁵ brasileira, por estarem de costas para o poder central de um império e dispostos numa sociedade em formação, constituía, à época, um polo que operava seus mecanismos, com êxito considerável, na realidade edificada pelos espaços virtuais, que era a escrita literária; e, em consonância com outras vozes que, em uníssono, convergiram para os ideais do projeto de independência política, patentearam e firmaram as bases da comunidade imaginária num eixo fundador, e que possibilitaram, em última instância, a formação da nação brasileira. (NASCIMENTO; RIBEIRO, 2020, p.92)

⁴ Segundo Giacon (2011, p.11) a literatura brasileira assumiu diversas posições conforme buscava sua identidade nacional. A partir do momento em que o Romantismo sacraliza os mitos da formação ética e cultural a partir do branco, o Modernismo do século XX assume uma posição desmistificadora, propondo um espaço de abertura ao diverso e a pluralidade existente no Brasil.

⁵ Trabalho intelectual que visava à disseminação cultural. Neste caso, visando à construção da identidade brasileira.

Dito isso, os escritos pós-independência surgiram através do movimento estético do Romantismo, que fez com que as primeiras manifestações literárias procurassem minimizar a influência europeia e fosse o marco para a criação de um processo de valorização do nacional. Esse processo em busca da valorização do nacional romântico se propunha a construir uma nova visão de mundo a partir da sua própria cultura, já que “viam-se como herdeiros e descendentes de épocas anteriores, procurando rememorá-las como um passado vivido” (HAUSER; ARIÈS apud MENDES, 2008, p.1). Ou seja,

a História mostra-se um repertório mais do que atraente, substituindo, no interior das produções literárias, os temas mais intelectualizados, como as poéticas e as questões sobre universalizações românticas que continuam, ainda, sendo tratados em revistas literárias. (Idem, p.1)

Nessa perspectiva, a história passa a influenciar diretamente tanto na ambientação quanto na composição das personagens, incorporando valores, aspectos e seus respectivos legados. Logo, “pertencer a uma nação é ser um dos herdeiros desse patrimônio comum, reconhecê-lo, reverenciá-lo” (THIESSE apud FIORIN, 2009, p.116). Iniciava-se, assim, um percurso para a criação de um romance histórico, tendo principais influências Walter Scott (*Ivanhoé*) e Alexandre Herculano (*Eurico, o presbítero*).

No entanto, “para criar, de fato, um mundo de nações não bastava fazer o inventário de sua herança; nem sempre ela existia, era preciso, pois, antes de tudo, inventá-la” (THIESSE, apud FIORIN, 2009, p.116). Ou seja, tornou-se necessário, no Brasil, inventar um herói nacional de forma a fazer com que existisse “um vivo testemunho de um passado prestigioso e a representação eminente da coesão nacional” (Idem, p. 116). A figura escolhida para representar o papel de herói nacional foi o índio já que “o novo homem brasileiro será, portanto, fruto de uma cultura híbrida, em que a mestiçagem se lança como um véu que encobre a ainda hierárquica medição de forças culturais” (HELENA, 2001, p.42) e, por isso, José de Alencar⁶ passa a buscar o enfoque discursivo visando-o como elemento central para a identidade nacional brasileira, já que era visto como

um exemplo de pureza, um modelo de honra a ser seguido. Diante de perdas tão fundamentais — o sacrifício em nome da nação e o sacrifício entre os

⁶ José Martiniano de Alencar, nascido no Ceará em 1829, filho de José Martiniano de Alencar e Ana Josefina. Foi advogado, jornalista, dramaturgo, deputado e escritor. Suas primeiras publicações datam o ano da faculdade ao fundar uma revista semanal chamada *Ensaio Literários*. Em 1848 começa a redigir *O ermitão da Glória*, e nesse mesmo ano descobre os primeiros sinais de tuberculose, que, infelizmente, veio a matá-lo em 1877, aos 48 anos.

seus —, surgia a representação idealizada, cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país (SCHWARCZ, 1998, p.237)

Sendo assim, autor passa a escrever seus textos de interpretação da cultura com o intuito de formar uma origem para o Brasil através do indígena, que substituiria, então, a época nacional, típica das literaturas europeias. Segundo aponta Lúcia Helena, as narrativas de fundação “simulam a criação de uma origem no tempo e no espaço, na etnia e nas classes sociais. Geram uma origem na linha da temporalidade e esboçam a configuração da cor local.” (HELENA, 2001, p. 43).

José de Alencar concebe, em *O guarani*, um mito para a origem brasileira de forma a constituir em “seu casal inicial, formado por um índio que aceitara os valores cristãos e por uma portuguesa que acolhera os valores da natureza do Novo Mundo. Essa nação teria, portanto, um caráter cultural luso-tupi” (FIORIN, 2009, p.119), sintetizando assim uma fusão do velho e do novo, caracterizado essa recordação do passado vivido. Ou seja, o autor “trabalha não só com o dito, a referência e o dizer, mas também com o silêncio, o não-dito e o que se diz sem querer dizer. É de sua natureza conviver com a pluralidade e a complexidade do hibridismo, sem fazer tábula rasa das ruínas deixadas pela colonização.” (Idem, p.43)

Compreende-se, então, que o autor ao criar um mundo ficcional que se liga aos fatos históricos de forma a construir um narrador que transite entre o passado e o presente, delimitando para o leitor um passado recriado pela ficção e o presente em que o leitor e narrador se encontram, de forma que “a grandeza da terra brasileira, funciona, em Alencar, ora como antídoto do complexo de colonizado, ora como força em que se trava um perpétuo conflito entre a natureza e a civilização, entre projetos culturais distintos e, àquele momento, inconciliáveis” (Idem, p.44). Anos mais tarde, essa identidade nacional se dá ao enfoque da miscigenação brasileira. Dito isso, Alencar exerce um papel central na prosa que,

[...] por meio de um extenso trabalho de investigação dos diversos tipos nacionais e da valorização do papel do indígena como a metonímia da cultura brasileira, foi o principal articulador dessa tentativa de formação do ideário cultural nacionalista, principalmente por sua vasta produção de romances. Não por acaso, a obra de Alencar foi base para investigações dos modernistas, no século seguinte, em um novo intento de debate sobre a cultura nacional. (ANTONANGELO, 2020, p.42).

Alencar ao fazer o inventário da cultura do país ficcionaliza as mais variadas fases da história do Brasil, de acordo com Valéria De Marco em sua obra *A perda das ilusões*. Ao estudarmos José de Alencar, é possível compreender os caminhos que foram abertos pelo Romantismo com o mergulho no romance histórico, a harmonia entre o homem primitivo e a

natureza e a busca de uma língua nacional, demonstrando, segundo a autora, uma “preocupação em encontrar uma expressão literária adequada a cada uma das múltiplas temáticas e variadas faces da realidade brasileira.” (DE MARCO, 1991, p.12).

Tendo em vista essa necessidade de expressar, direta e indiretamente, a pluralidade encontrada na sociedade oitocentista em todas as suas transformações, antagonismos, ideologias, conflitos e progressos, através do movimento romântico na busca da identidade nacional, é possível observar que José de Alencar “apresenta um plano que teria norteado toda sua produção ficcional.” (FANINI, 1996, p.4), de forma a contribuir para que o Estado conseguisse a uniformidade nacional utilizando a própria linguagem e, conseqüentemente, transformando a literatura um elemento necessário para a própria construção da língua como um mecanismo cultural.

A obra que faremos uma leitura, no item de número dois, é *O Ermitão da Glória*, cuja narrativa faz parte da coleção em dois volumes intituladas *Alfarrábios. Crônicas dos tempos coloniaes* (1872). No conjunto da obra, o escritor utiliza o subtítulo “crônicas dos tempos colônias” como paratexto, através do qual apresenta ao seu leitor a proposta de recolher retalhos da história dos seiscentos relativas à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Divididos em três narrativas, os *Alfarrábios* (*O Ermitão da Glória*, *A Alma do Lázaro* e *O Garatuja*), os relatos entrelaçam com a história, a transmissão da cultura oral no período de formação do território colonial, embora explicitamente, o escritor cite suas fontes historiográficas, como os anais de Baltasar da Silva Lisboa, para conferir um estatuto de verdade ao seu texto, tendo em vista que se propunha a escrever o Brasil e sua história, já que

demonstra que a sua obra objetivou retratar as etapas formativas pelas quais passara o país desde a vida primitiva dos selvagens até a instauração do Segundo Império. Essa sistematização feita "a posteriori" pretende reforçar no nível teórico a ligação de sua obra com a realidade nacional, revelando a intencionalidade de retratar a realidade pré-existente à ficção. (FANINI, 1996, p.4)

Na obra *O Ermitão da Glória*, tema principal de nossa leitura, Alencar confere um tom lendário, ao colocar em destaque os marinheiros e sua cultura, colocando na cena literária o culto a Nossa Senhora da Glória. A narrativa trata das origens da Igreja de Nossa Senhora da Glória, que reside, de acordo com a narrativa houve uma aparição da Virgem em sonho a um eremita, que o aconselhou a construir a igreja. O templo foi erigido pelo marinheiro Ayres que, depois passa para uma vida devota, em busca de sua salvação, tornando-se o ermitão.

2. No Alto da Montanha estando mais perto de Deus: O Outeiro da Glória em *O Ermitão da Glória*, de José de Alencar.

A partir da historiografia, é notória a ênfase e o protagonismo do Estado, em relação à sociedade atuante como forma de esforço para a manutenção dos habitantes de vilas e cidades, dentre elas, destaque para as irmandades religiosas e também às corporações de ofícios, que mesmo podendo agir de formas independentes, muitas das vezes, acabavam se fundindo em uma única organização ao serem criadas corporações de ofícios embandeiradas, ou seja, organizações que eram colocadas sob a proteção de um santo patrono.

Sendo assim, o século XIX no Rio de Janeiro foi marcado por um catolicismo que também pode ser definido por manifestações externas da fé, dado que valores religiosos e econômicos se fundiam e se traduziam em uma forma específica de produção e de comércio. Dito isso, a religião passa a reunir membros para que pudessem incentivar e direcionar sua fé a um santo protetor ao mesmo tempo em que esses valores eram desempenhados na vida pública e em seus interesses, visto que

para cada ofício havia uma irmandade correspondente, que carregava a insígnia de um santo padroeiro aos quais os membros do ofício deviam obrigações. Desta forma, os oficiais mecânicos de cada corporação se tornavam responsáveis pelos rituais e obrigações relacionadas à Bandeira de sua irmandade, cuidando das procissões e festas do respectivo santo padroeiro, bem como se responsabilizando pela construção da igreja da irmandade. (MARTINS, 2008, p.66)

Logo, mesmo que essas instituições estivessem sujeitas à fiscalização, estas organizações não deixavam de produzir elementos culturais e políticos que, mesmo sendo adornados, tanto pelo Estado quanto pela Igreja, tinham bases sólidas na organização de seus grupos e representavam, de forma concreta, todos os interesses de seus associados perante as autoridades já que

a existência das associações e sua sobrevivência foram garantidas pela importância que elas assumiram na vida dos indivíduos e das sociedades, na proteção e defesa dos grupos, no auxílio mútuo, no desempenho de funções no campo social que durante muito tempo não foram exercidas por esfera alguma do poder público. (MARTINS, 2008, p.10)

Esses integrantes, geralmente, comprometiam-se a participar nas atividades da irmandade e variava de acordo com os recursos da própria irmandade e às posses dos próprios membros. Ademais, segundo Machado de Oliveira (2000:21) alguns compromissos de irmandades estabeleciam uma cláusula específica que colocava como uma das obrigações fundamentais do irmão o comparecimento às festas. Com isso, o aspecto de confraternização passa a desempenhar um papel importante, não só marcada pelos atos externos de devoção e cotidiano social, mas para pôr em prova sua fé e devoção, pois

o início dessas festas muitas vezes estava relacionado à realização de uma procissão. Dentro da concepção católica, a procissão estava associada a dois momentos específicos: o rito protetor e a festa. O primeiro momento destinava-se à busca de proteção dos céus, aos pedidos de chuvas ou boas colheitas, ou para tentar aplacar a ira divina em momentos de grandes fomes ou epidemias. O segundo momento fazia parte da própria liturgia festiva de louvor ao santo, contribuindo, muitas vezes, para proporcionar uma pausa nas inquietações cotidianas dos fiéis e diminuir suas angústias. (DELUMENAU, apud MACHADO DE OLIVEIRA, 2000, p.22).

No que se remete ao desenho urbano da cidade, Fridman & Macedo (2006) destacam que no contexto religioso as ordens e irmandades, através de seus respectivos patrimônios imobiliário e fundiário, desempenharam um importante papel na paisagem urbana do Rio de Janeiro. Em relação ao período Colonial, esse desenho urbano era, majoritariamente, vinculado à presença da própria irmandade, pois a dominação era não só de base ideológica, mas também de base econômica exercida pelo catolicismo ao qual cada ordem, irmandade ou confraria acabava dominando uma parcela do território.

Dessa forma, segundo Nascimento (2004), as irmandades assumem o papel de importantes agentes de propagação do catolicismo nos centros populosos. A partir do momento em que tais associações acabavam edificando, por meio de seus próprios recursos, um novo templo religioso. Logo, esse templo agiria diretamente na cartografia urbana “e, dessa maneira, acabavam se tornando, em muitos casos, responsáveis pela própria produção, uso e posse de grandes e determinadas parcelas dos territórios citadinos.” (NASCIMENTO, 2004, p. 86)

A escolha de José de Alencar em escrever obras nas quais pudesse, através da ficção, dialogar com o leitor, a partir de suas memórias, valores, tradições e histórias e, com isso, concretizar uma narrativa repletas de repertórios religiosos nas práticas coloniais, fazem com que concedam ao autor um lugar privilegiado ao imaginário e a cultura popular.

Em consequência disso, suas obras manifestam o objetivo de construir, através da literatura, uma identidade nacional. Nesse sentido, sua literatura tem um grande teor de consciência histórica que perpassa suas produções literárias. Dessa forma, o autor defendia a historicidade de sua produção literária ao enfatizar a ligação de seu romance com seu próprio meio cultural, pois “para Alencar, a geografia da cidade só é visível enquanto cenário onde se projetam em mudanças e contraste de valores de ordem ética e espiritual.” (CAVALIERI, apud CAMPÊLO; NASCIMENTO, 2012, p.114).

A invocação a Nossa Senhora da Glória é considerada uma das mais antigas existentes no Brasil, datando o ano de 1503 “a primeira capela construída em louvor à esta Virgem, por colonos portugueses, em Porto Seguro.” (MEGALE, apud MACHADO DE OLIVEIRA, 2000, p.33). Partindo para a ficção, a primeira aparição de Nossa senhora da Glória se dá no barco de Ayres de Lucena, no batismo de uma bebê francesa, que recebera o nome da Santa, por ter sido salva no dia da assunção da Virgem, como é possível observar no trecho:

Domingo seguinte a bordo da escuna tudo era festa. No rico altar armado á popa com os mais custosos brocados, via-se a figura de Nossa Senhora da Gloria, obra de um entalhador de S. Sebastião que a esculpira em madeira. No rico altar armado á popa com os mais custosos brocados, via-se a figura de Nossa Senhora da Gloria, obra de um entalhador de S. Sebastião que a esculpira em madeira. Embora fosse tosco o trabalho, sahira o vulto da Virgem com um aspecto nobre, sobretudo depois que o artifice tinha feito a encarnação e pintura da imagem. (ALENCAR, 1872, p.41)

A figura de Nossa Senhora da Glória foi cultuada e, em seguida ao batismo “todos até o ultimo dos grumetes foram por sua vez beijar os pés da Virgem” (Idem, p.41), na qual amadrinhou a criança de quem recebeu o mesmo nome. No entanto, razão da salvação de Maria da Glória por Ayres de Lucena ficou oculta ao seu pedido, e o nome passou a ser justificado por ter escapado de uma grave doença no dia 15 de agosto⁷. E, por igual devoção, tomou-se neste mesmo dia Nossa senhora da Glória a padroeira de sua escuna, pois “à sua divina e milagrosa intercessão se devia a victoria sobre os hereges e a captura do navio.” (Idem, p.42)

Terminada a cerimônia, Ayres voltou a cidade para desembarcar seus convidados na enseada que havia na praia do Catete, “ainda naquelle tempo coberta da floresta que deu nome ao lugar” (Idem, p.43), mas não houve como fundear a âncora. No entanto, alguns marujos

⁷ Segundo Leão (2021) a assunção de Nossa Senhora e da celebração de Nossa Senhora da Glória se referem a uma mesma realidade, ambas datas comemoradas em 15 de agosto. No entanto, na assunção se é recordada que Maria, ao terminar sua caminhada na terra, foi assunta aos céus em corpo e alma. Já em relação a Nossa Senhora da Glória, acentua-se que no céu Maria já participa da Glória de Deus em plenitude com seu corpo glorioso.

afirmaram que sendo a praia coberta de árvores, a âncora havia fincado em alguma de suas raízes para dar explicação ao acidente. No entanto, todos viram a situação como um milagre e passaram a se referir ao acontecimento neste teor. A explicação dada foi de que Nossa Senhora da Glória, aborrecida por terem-na escolhido como padroeira de um navio corsário teria, durante o banquete, abandonado o seu nicho e se refugiando em cima do outeiro.

Ayres de Lucena, subindo a encosta do morro ao ver o possível resplendor do brilho da Virgem entre as árvores, avistou a imagem de Nossa Senhora da Glória em cima de um grande seixo, mostrando a ele o local de onde gostaria de ter sua ermida construída: “Eis o que ainda no século passado, quando se edificou a actual ermida de Nossa Senhora da Gloria, contavam os velhos devotos, coevos de Ayres de Lucena.” (Idem, p.45)

José de Alencar, no entanto, busca preencher algumas dessas lacunas lendárias da criação do Outeiro da Glória, ao narrar que Antônio de Caminha teria aceitado um legado que pertencera a Ayres de Lucena ao assumir o seu posto, para redimir a sua culpa, e celebrar a glória da Virgem Puríssima. Chamando atenção com a celebração, seu prestígio e sua devoção, que fizeram com que muitas pessoas fossem ao outeiro levar promessas e esmolas, dando-lhe oportunidade para que construísse, em 1671, “uma tosca ermida de taipa, no mesmo sítio onde está a igreja.” (Idem, p.116)

Em relação ao Rio de Janeiro, a historiografia data, aproximadamente, o mesmo ano de 1671, pois teria sido o ano no qual Antônio de Caminha teria chegado à cidade e se isolado no Catete para cultivar a Virgem da Glória. O homem teria sido responsável, então, por erguer no alto do Morro do Leripe (atual Glória), uma rústica ermida para abrigar a imagem da Santa, como é possível observar no trecho abaixo:

Antonio Caminha finou-se em cheiro de santidade; e foi a seu rogo sepultado junto do primeiro ermitão do outeiro, cujo segredo morreu com elle.
 Mais tarde, já no século passado, quando a grande mata do Catete foi roteada e o povoado estendeu-se pelas aprazíveis encostas; houve ali uma chácara, cujo terreno abrangia o outeiro e suas cercanias.
 Tendo-se formado uma irmandade para a veneração de Nossa Senhora da Glória, que tantos milagres fazia, os donos da chácara do Catete cederam o outeiro para a edificação de uma igreja decente e seu patrimônio.
 Foi então que se tratou de construir o templo que actualmente existe, ao qual se deu começo em 1714. (Idem, p.116)

O outeiro sobre o qual foi erguida a ermida foi adquirido por Cláudio Gurgel do Amaral, em 1699, e doado à irmandade para que fosse fundado o santuário, sob a invocação de Nossa Senhora da Glória, se fossem cumpridas as condições propostas de (a) fazer com

que o antigo santuário fosse substituído por um templo definitivo e (b) na capela fosse sepultado não só o doador como também seus descendentes.

A Irmandade de Nossa Senhora do Outeiro, então, concordou com os termos propostos pelo devoto e iniciou as obras, por volta de 1714, e as obras foram concluídas, por volta de 1739. E, desde então, aproveitando de uma aceitação popular crescente, a partir da transferência da corte portuguesa para o Brasil. Dom João VI, por ser devoto da Santa, inaugurou uma tradição que passou a ser seguida por toda a Família Imperial, ao batizar Maria da Glória, sua neta e a princesa recém-nascida, na Igreja da Glória:

Em 4 de abril de 1819, nasce a filha primogênita de D. Pedro I e D. Leopoldina, sendo batizada em 27 de junho do mesmo ano, recebendo o nome de Maria da Glória. D. João VI leva a neta nos braços até os pés da Virgem Gloriosa. Com a igreja completamente iluminada, festeja-se o acontecimento com fogos e sinos a repicarem. Mais tarde, em Portugal, D. Maria da Glória receberia o título de D. Maria II. Em outras ocasiões, os pequenos príncipes também estiveram no templo para receberem a água do batismo. (SILVA, 2011, p.288)

Além dos batizados e casamentos, a ermida também foi local de suplício para a proteção e alívio da imperatriz D. Leopoldina, que adoecera gravemente. Tais acontecimentos acabaram gerando uma aproximação entre a família real com a devoção do outeiro e permitindo que a irmandade passasse a ostentar o título de Capela Imperial, concedido por D. Pedro II, em 1846, mas

(...) somente em 27 de dezembro de 1849 foi conferido, formalmente, à Irmandade a designação de “Capela Imperial”, que se conserva até hoje. Neste mesmo ano, D. Pedro II passa a ser recebido como irmão e perpétuo protetor da Irmandade, assim como todos os príncipes da família imperial constam inscritos no livro de recepção como perpétuos protetores. (SILVA, 2011, p.289)

Defendendo o enraizamento dessa produção literária, como forma de nacionalidade e identidade, Alencar retratava a sociedade em seus traços de individualidade a partir da leitura crítica de forma a ser observada a ambientação literária para a revelação dos traços brasileiros dentro da narrativa. Esse sentimento nacionalista iniciado fez surgir uma espécie de elo para a formação da identidade, em uma fusão de realismo e ficção, que serviu como base para a criação de conjunto de tradições locais imprescindíveis para a formação nacional.

A literatura passa a se tornar uma apropriação do espaço que se apresentará como um veículo de reconhecimento e compreensão, ao mesmo tempo em que o leitor será capaz de dar

o seu sentido, a partir dos próprios valores e convicções, seu senso político, pessoal e espiritual. José de Alencar cumpre, com maestria, a representação do místico e do real, presentes no imaginário da fundação da Igreja da Glória e a transformação do espaço físico que ocupa no desenho urbano da cidade, observado em:

(...) e veio deitar o ferro em uma sombria e formosa enseiada que havia na praia do Catette, ainda naquelle tempo coberta da floresta que deu nome ao logar. Essa praia tinha dois outeiros que lhe serviam como de atalaias, um olhando para a barra, o outro para a cidade. Era ao sopé deste último que ficava a abra, onde fundeou a escuna Afaria da Gloria, á sombra das grandes arvores e do outeiro, que mais tarde devia tomar-lhe o nome. (ALENCAR,1872, p.43)

Pode-se observar que José de Alencar forjava em suas ficções espaços reais da cidade do Rio de Janeiro e traços identitários da nação brasileira, colocando em destaque imagens nas quais a natureza, história, religião, sociedade e cultura se tornam elementos constituintes pelos quais se estabelecem marcos e monumentos nacionais pela construção do imaginário do leitor.

Um exemplo de marco, ocorrido nas narrativas de *Lucíola* e *O Ermitão da Glória*, é a própria Festa da Glória promovida pela irmandade. A celebração teve início no século XVIII e foi uma das confraternizações que conseguiram manter certa regularidade, não só mantendo a história e o padrão da festa, mas como procurou evitar ao máximo as consequências que eram geradas pelas transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro:

Capítulo 17º

Da Festividade

Art. 59 - A Irmandade é obrigada a fazer a festa de Nossa Senhora, no mês de Agosto, precedendo o Novenário do Ritual, com a solenidade, esplendor e devoção, que permitirem os recursos de seu Cofre, e as oferendas dos fiéis, havendo no dia do Orago, a quinze de Agosto, Missa cantada com Sermão ao Evangelho, e de tarde Te-Deum Laudamus.

Nesta solenidade officiará o Reverendo Pároco ou o Sacerdote por ele autorizado.

(IGO: Arquivo da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. “Compromisso da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro”. Rio de Janeiro, 1865, apud MACHADO DE OLIVEIRA, 2000, p.22)

Durante a festa, “a imagem da Virgem deveria refletir a exuberância da irmandade” (Idem, p. 23). Isso significa que deveria existir uma relação de intimidade e particularidade

com o santo patrono, no caso, a Virgem da Glória. Portanto, a irmandade não poupava esforço ou economia para apresentar ao público a imagem de sua padroeira já que,

na colônia portuguesa, o intuito religioso agia mais fortemente no sentido de manter o domínio da religião católica em terras ultramarinas, ao mesmo tempo em que as entidades preservavam suas características fundamentais inspiradas nas congêneres europeias, tomando-as como exemplo para a elaboração de seus compromissos e estatutos. (MARTINS, 2008, p.60)

Então, levando em conta o estatuto das irmandades, o início da festividade estava, geralmente, relacionado à realização de uma procissão. Dentro da concepção católica, as procissões estão relacionadas a dois momentos específicos: o rito, e a festa propriamente dita.

Segundo Machado de Oliveira (2000, p. 22):

[...] o primeiro momento destinava-se à busca de proteção dos céus [...] ou para tentar aplacar a ira divina. O segundo momento fazia parte da própria liturgia festiva de louvor ao santo, contribuindo, muitas vezes, para proporcionar uma pausa nas inquietações cotidianas dos fiéis e, diminuir suas angústias.

Isso pode ser exemplificado, explicitamente, no livro *O Ermitão da Glória*, de José de Alencar, na passagem na qual Aires de Lucena acompanha, na Rua da Misericórdia, um devoto mercador que estava sendo castigado por não ter cumprido uma promessa feita ao Santo:

Tivera o penitente, que era mercador, um panariço na mão direita; e sobreviveu-lhe grande inflamação de que resultou a gangrena. No risco de perder a mão, e talvez a vida, valeu-se o homem de S. Miguel dos Santos, advogado contra os cancros e tumores, e prometeu-lhe dar para sua festa o peso em prata do membro enfermo. Exalçou o Santo a promessa, pois sem mais auxílio de mesinhas, veio o homem a ficar inteiramente são, e no perfeito uso da mão, quando no juízo do phisico pelo menos devia ficar aleijado. Restituído a saúde, o mercador que era muito agarrado ao dinheiro, espantou-se com o peso que lhe haviam tornado do braço enfermo; e achando salgada a quantia, revolveu de esperar pela decisão de certo negócio, de cujos lucros tencionava tirar o preciso para cumprir a promessa. (ALENCAR, 1872, p.75)

Depois de restituir a saúde, o mercador se espantou com o peso do próprio membro e acabou ignorando a promessa feita. Essa atitude gerou um castigo que, quando começou a ter sua mão mirrada até que ficasse seca e rija, o Santo se recusou a receber e a oferenda ficou atirada à porta da igreja três vezes até que o mercador compreendeu que sua dívida não seria

paga e acabou decepando a mão em uma procissão que não tinha apenas um símbolo milagroso, mas também uma permanente lembrança de seu castigo.

O mesmo pode ser aplicado ao próprio Aires de Lucena, que havia feito um voto a Nossa Senhora da Glória para curar sua amada de uma doença e não o havia cumprido, dentro do prazo que estava quase terminando. A ideia de que a Virgem Santíssima pudesse levar sua amada como um castigo, por não ter realizado sua promessa, fez com que ele partisse, bruscamente, para que pudesse sanar sua dívida com Nossa Senhora da Glória:

Amigos, vosso capitão tem de cumprir um voto e fazer uma penitencia. O voto é não tornar a S. Sebastião antes de um anno. A penitencia é passar esse anno todo no mar sem pisar em terra, assim vestido, e em jejum rigoroso, mas combatendo sempre os inimigos da fé. Vós não tendes voto a cumprir nem pecado a remir, sois livres, tomai o batel, recebei o abraço de vosso capitão, e deixai que se cumpra a sua sina.
 (...) Ao por do sol cantavam o terço ajoelhados a imagem de Nossa Senhora da Glória, ao qual levantou-se um nicho com altar, junto do mastro grande, afim de acodirem mais promptos a manobra do navio. (Idem, p.85)

Tanto as procissões quanto as festas podem ser observadas como um ideal doutrinário e cristianizador, aliado aos objetivos de atender às necessidades estruturais coloniais e espirituais da sociedade vigente, firmadas no controle rígido e no aparato da fé, já que a própria preponderância desse caráter religioso acaba permeando em todas as camadas sociais, fazendo com que as irmandades se tornem um elo entre o mundo carnal e espiritual e, conseqüentemente, ditando os parâmetros de virtudes e valores.

3. Reflexos sociais da sociedade em *Lucíola*: União e segregação espacial na Igreja da Glória

Observa-se que não existe apenas um desempenho religioso nas irmandades, mas também valores morais e obrigações que se misturavam e acabavam se traduzindo em um significado sólido no universo colonial, já que as organizações atuavam, ativamente, na vida pública e no desenho urbano de uma determinada localidade.

Em consequência dos fatos apresentados, a Festa da Glória provocava um forte efeito no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Por ser um dos raros eventos que toda a comunidade participava, havia desvio do trânsito para outras regiões e um aumento do uso do transporte público para se deslocarem até a igreja, como é possível ver no relato da personagem, Paulo, visto sob um olhar de um estrangeiro, no seguinte trecho:

A primeira vez que vim ao Rio de Janeiro foi em 1855. Poucos dias depois da minha chegada, um amigo e companheiro de infância, o Dr. Sá, levou-me à festa da Glória; uma das poucas festas populares da corte. Conforme o costume, a grande romaria desfilando pela Rua da Lapa e ao longo do cais, serpejava nas faldas do outeiro e apinhava-se em torno da poética ermida, cujo âmbito regurgitava com a multidão do povo. (ALENCAR, 1988, p.3)

Segundo Hernandez (2015), a presença de festas públicas nos romances urbanos de Alencar é pequena quando analisado em comparação aos jantares, bailes, óperas e teatros, nos quais há uma distinção evidente entre a elite e as classes mais baixas da sociedade. Apesar de ser uma festa tão popular quanto sua ermida, é possível notar que há uma classificação de “lugar aristocrático”, dada a preferência da família imperial pelo Outeiro, fazendo com que Paulo afirmasse que era uma das *poucas* festas populares da corte.

Tendo a religião como um núcleo de vivência da sociedade, é possível observar a influência portuguesa no catolicismo do mundo colonial brasileiro e a sua respectiva organização, já que as irmandades, ao mesmo tempo em que participavam da vida familiar, exerciam uma religiosidade marcada por participação de pessoas “que realizam cerimônias religiosas em suas casas, nas capelas e igrejas por eles construídas” (MARTINS, 2008, p.59). Logo, atuando ativamente e em massa nos rituais religiosos promovidos pelas irmandades e as devoções instituídas pela mesma, transformando os espaços em espaços de sociabilidade.

Apesar de ser uma festa popular que, muitas vezes, funcionava como válvula de escape para grande parte da comunidade, também é possível observar que tais diferenças sociais eram visíveis e palpáveis, a maior parte do tempo, pois, a todo instante, eram reafirmadas não só no espaço físico bem dividido, mas também nas próprias atividades, na ocupação interna da igreja e na precedência de figuras ilustres, cheiros, aromas e roupas, também representadas na obra:

Todas as raças, desde o caucasiano sem mescla até o africano puro; todas as posições, desde as ilustrações da política, da fortuna ou do talento, até o proletário humilde e desconhecido; todas as profissões, desde o banqueiro até o mendigo; finalmente, todos os tipos grotescos da sociedade brasileira, desde a arrogante nulidade até a vil lisonja, desfilaram em face de mim, roçando a seda e a casimira pela baeta ou pelo algodão, misturando os perfumes delicados às impuras exalações, o fumo aromático do havana as acres baforadas do cigarro de palha. — É uma festa filosófica essa festa da Glória! Aprendi mais naquela meia hora de observação do que nos cinco

anos que acabava de desperdiçar em Olinda com uma prodigalidade verdadeiramente brasileira. (Idem, p. 3)

É visível, no trecho apresentado, um conflito entre identidades locais e estrangeiras, de forma que ora apresenta a valorização do nacional e ora exalta valores advindos do exterior, representando a cultura oitocentista, presente no Rio de Janeiro, que se entrelaçava em um movimento de aceitação e negação em que as forças dialogam e se combatem todo o tempo, dentro do espaço físico da igreja, reforçando os valores opostos ao mesmo tempo em que os unia, pois

o nacional se constrói a partir de um movimento tensional da linguagem que ora repudia, ora exalta tanto os valores locais quanto os valores importados. Julgamentos de valor, por parte das personagens e do autor, incidem sobre a realidade nacional e os valores estrangeiros, ora valorizando-os, ora denegrindo-os. (FANINI, 1996, p.12)

Nas obras de Alencar, a cultura e a fisionomia nacional se chocam com as influências estrangeiras. O espaço urbano, como observado em *Lucíola*, apresenta-se como um local de coexistência entre o nacional e o internacional. Essas transformações urbanas, vistas, principalmente, nas cortes oitocentistas, relatam uma sociedade múltipla e vaga resultantes da transição entre períodos que oscilavam entre aceitações e negações referentes aos anseios e temores econômicos e sociais.

Nessa perspectiva, é possível observar que o autor se utiliza de um discurso que é “verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a” (BARTHES apud GUIMARÃES, 2020, p.109), fazendo com que o espaço urbano possa ser compreendido em todos os aspectos que compunham a sua fisionomia.

Levando-se em consideração perspectivas nas quais a cidade experimentava as mudanças no espaço urbano, dentre elas, uma convivialidade “pautada sobretudo pelo dinheiro e pela moralidade, é possível perceber uma tentativa de normatização dos comportamentos pelas narrativas então publicadas.” (GUIMARÃES, 2020, p. 110). Nesse contexto, Alencar trabalha com a figura da cortesã, sob os olhos de Paulo, que apresenta ao leitor o funcionamento da sociedade no contexto pós independência.

Paulo é alertado dos riscos oferecidos pela cidade através de seu amigo de infância Dr. Sá⁸, no qual “as aparências que cobrem suas relações e as próprias pessoas que a integram.” (Idem, p.110). Ou seja, essa desconfiança em relação ao comportamento social é exemplificada no momento em que o protagonista Paulo conhece Lúcia, que ganha a vida sendo uma cortesã, na Festa da Glória:

— Quem é esta senhora? perguntei a Sá. A resposta foi o sorriso inexprimível, mistura de sarcasmo, de bonomia e fatuidade, que desperta nos elegantes da corte a *ignorância de um amigo, profano na difícil ciência das banalidades sociais*.

— Não é uma senhora, Paulo! É uma mulher bonita. Queres conhecê-la? Compreendi e corei de minha *simplicidade provinciana*, que confundira a máscara hipócrita do vício com o modesto recato da inocência. Só então notei que aquela moça estava só, e que a ausência de um pai, de um marido, ou de um irmão, devia-me ter feito suspeitar a verdade. Depois de algumas voltas descobrimos ao longe a ondulação do seu vestido, e fomos encontrá-la, retirada a um canto, distribuindo algumas pequenas moedas de prata à multidão de pobres que a cercava. (ALENCAR, 1988, p.4, grifos meus)

É exatamente neste ambiente que Paulo acaba percebendo, entre os transeuntes, Lúcia, cuja personagem possui descrições físicas e de vestimentas nas quais o autor possui o objetivo de “contrastar o arquétipo moral ao qual a personagem atende à primeira vista (modelo de castidade, pureza e pudor) com a sua vida (o que faz para ganhar a vida)” (GUIMARÃES, 2020, p.112). Essa caracterização induz tanto o narrador-personagem quanto o leitor ao engano, fazendo com que o leitor possa perceber que há na narrativa uma dualidade presente em diversos aspectos: desde a dicotomia entre aparência *versus* essência até o nome da protagonista. Lúcia, nome no qual exerce sua profissão de cortesã, é conhecida também como Maria da Glória, estabelecendo uma contradição que evidencia o papel social e a pureza, ou seja, entre o sagrado e o profano. Esse conflito faz com que,

como num passe de mágica, o narrador passa do embevecimento à indignação. Quando os valores sociais se interpõem entre ele e Maria da Glória, passa a ver nela a figura de Lúcia. O preconceito social se exprime na observação de que uma mulher desacompanhada só poderia ser o que o seu desamparo social revelava. Por outro lado, a observação de Sá, enciclopédia de mundanidade, revela uma outra faceta do mesmo problema. Ao afirmar que ela não era uma senhora, desqualificava-a social e moralmente; mas, ao dizer que é, ao contrário, uma mulher bonita, está

⁸ Personagem importante em diversos cenários do romance, mas em destaque ao episódio da festividade da Glória, no qual representa as opiniões e valores sociais presentes na sociedade vigente, em contraste com o personagem de Paulo, que desconhece tanto a cidade quanto seus costumes e dinâmicas.

sugerindo que a beleza, o erotismo e o prazer só se encontram nessas mulheres “perdidas” (RIBEIRO apud GUIMARÃES, 2020, p.113).

Logo, sua aparição acaba oscilando entre o terrestre e o celeste, fazendo com que as descrições sejam observadas de forma a existir uma “relação entre o céu e Lúcia e, por fim, o símile que une os dois elementos e incorpora a personagem ao mundo” (HERNANDES, 2015, p.34), pois enquanto os outros transeuntes são observados a partir de atributos e vestimentas que expõem fatores sociais e hierárquicos, Lúcia possui uma relação com o divino que, como a Festa da Glória, possui algo além das relações mundanas e profanas do caráter humano.

Durante a narrativa, também é possível estabelecer um vínculo direto entre a personagem Lúcia e a padroeira da festa, cuja “pureza de alma condiz com o arquétipo de Nossa Senhora” (Idem, p.35), pois “no momento em que retoma ao nome Maria da Glória, o arquétipo começa a se aproximar ao de Virgem Maria” (Idem, p.35), fazendo com que a alma da cortesã seja dotada de qualidades e características que a relacionam a Maria.

Da ficção à realidade, com o desenvolvimento e o avançar das transformações urbanas e no controle do espaço da cidade, o papel desempenhado pelas festas religiosas e procissões era decisivo, tanto na questão social quanto na questão religiosa dos habitantes, fazendo com que a(s) igreja(s) não servissem apenas como um ponto de encontro de fé, mas também proporcionassem, em ocasiões festivas, um local de diversão e lazer.

As festas das irmandades conservavam o aspecto medieval de confraternização e de reunião em grupo. Essa idealização fez com que não apenas contribuísse para a estabilidade da irmandade em si, mas desempenhassem uma espécie de garantia de proteção entre vida e morte. Segundo Machado de Oliveira (2000):

O deslanchar da Reforma Católica, no século XIX, o banquete de confraternização foi duramente criticado pelos bispos como um ato de desrespeito e de falta de espírito religioso, já que o templo era um lugar sagrado e não destinado a tais atividades, vistas como profanas pela hierarquia eclesiástica.

Juntamente com a confraternização, outro aspecto importante das festas era garantir a segurança dos confrades. Segundo João José Reis, celebrar bem o seu orago era uma garantia de proteção na vida e na morte.

Dessa forma, a data máxima no calendário das irmandades era o momento de sair às ruas para dar prova de devoção a seus respectivos santos. A força da intercessão do santo seria tanto maior quanto mais espetacular fosse à festa que o homenageasse (REIS, apud MACHADO DE OLIVEIRA, 2000, p.21).

Presentes em uma sociedade escravista, as irmandades se tornaram os elos primordiais e de coesão entre diferentes raças, classes e posições sociais, ao mesmo tempo em que as segregavam e se constituíam como um canal oficial de adequação à ordem. Essa pluralidade, no entanto, é vista apenas no espaço público da festa, pois nos demais cenários de *Lucíola* suas configurações passam a serem definidos entre espaços públicos e privados, confirmando o espaço segregado e hierárquico vigentes. A lembrar que,

o fato de o narrador realizar uma espécie de hierarquização das pessoas presentes na festa, empregando, para tanto, descrições de seus atributos sociais e físicos, “com observações de cunho material, por meio das quais os transeuntes se diferenciam e se definem, também, pelas mercadorias que portam. A ‘seda’ e a ‘casimira’ se distinguem do ‘algodão’ e da ‘baeta’, os ‘perfumes delicados’ das ‘impuras exalações’, e o ‘havana’ do ‘cigarro de palha’ (HERNANDES apud GUIMARÃES, 2020, p.112)

Embora a participação dos diversos setores da elite, negros e escravos tornassem o lugar multifacetado, ainda existia uma dualidade entre ser um local de violência, controle de privilégios e hierarquias, e também um lugar de troca cultural e diversão para todas as camadas. Apesar disso, as reuniões em que se permitiam apenas a alta Corte, que atravessavam a madrugada, reforçando o lado “profano” do evento, não eram permitidas as classes mais baixas da sociedade, demonstrando um exclusivismo social muito presente nas irmandades brasileiras.

Apesar disso, há em evidência também casos de irmandades negras que, segundo Mônica Martins (2008), são capazes de formarem laços de *solidariedade* entre os próprios integrantes para que pudessem ocupar espaços no qual esse poder público e o Estado não fossem capazes de desempenhar nenhuma função e as únicas associações permitidas à população, não branca, do período colonial.

Estas organizações eram, geralmente, formadas por negros livres, escravos africanos e mulatos que se dedicavam à educação religiosa e às práticas sociais, trazendo importantes contribuições para a permanência da cultura africana e a pluralidade étnica brasileira na contemporaneidade.

Apesar da prática ou devido a essa prática, a religiosidade pode ser considerada um fator determinante para a transformação da cartografia da cidade. De acordo com Rosendahl (1999, p.75), “a interpretação da paisagem religiosa como produto da cultura exige a compreensão de como as pessoas imprimem seus valores e crenças em formas arquitetônicas”. Ou seja, há uma tarefa simbólica em (re)produzir o arranjo social urbano de forma a dar um novo significado, tanto geográfico quanto religioso, ao espaço de um lugar.

Consequentemente, as irmandades se fixaram como parte da vida cotidiana dos indivíduos, ao participar em todos os âmbitos e aspectos ligados a ela. Em consequência disso, “todas as esferas da vida social pertenciam também à vida religiosa e que o não pertencimento a uma irmandade poderia constituir motivo de vergonha ou fator de desprestígio social.” (MARTINS, 2008, p.59). Desse modo, esse desmerecimento poderia ser levado em conta à própria lógica de existência da irmandade, pois

(...) pertencer à irmandade significava estar em comum acordo com as regras sociais, era comungar dos mesmos valores e práticas daquela estrutura social, significava aceitar os laços de pertencimento que os tornavam irmãos em um grupo no qual ninguém se conhecia. Uma entidade na qual os laços de coesão e de solidariedade não se estabeleciam pelo parentesco ou por origens comuns, mas por interesses que os aproximavam e, ao mesmo tempo, os tornavam partícipes de uma mesma ordem social e religiosa. Pertencer à irmandade era condição importante para um bom pertencimento à sociedade, era uma garantia de cumprimento das obrigações e dos princípios que deveriam ser zelados por todo o corpo social. Pertencimento, aliás, é o termo apropriado para definir a necessidade de estar ligado a uma irmandade no período colonial; entidade agregadora de sentimentos e interesses coletivos, que possibilitava a ação em comum para atender aos diversos anseios e temores econômicos e sociais. (MARTINS, 2008, p. 66)

Levando em conta a reflexão proposta anteriormente, de que as irmandades possuíam funções variadas nas diferentes esferas da sociedade, ao vincularem as obrigações religiosas às práticas sociais, por meio de seus membros, justificando não só sua existência, como as modificações urbanas presentes nos mapas das cidades.

A partir do século XX, essa dinâmica urbana acabou se intensificando como consequência de modificações no espaço da cidade. Dito isso, a Igreja da Nossa Senhora da Glória já foi capaz de testemunhar tanto as diversas transformações, referentes à paisagem quanto às mudanças sociais, políticas e econômicas ao longo do tempo.

Essa crescente separação entre classes, com o passar do tempo, ocasionou a diminuição da aparição de festas públicas, em que o povo e a elite se misturavam, fazendo com que se aumentassem as festas privadas. Nessa perspectiva, José de Alencar se preocupava em registrar tradições populares, visto que, “parte dessa preocupação se refere à tentativa de preservação do costume local face à entrada cada vez mais intensa de produtos, costumes e influências estrangeiras.” (HERNANDES, 2015, p.27). Ou seja, a partir da modernidade houve um aumento significativo de festas de cunhos privados, que incorporaram outros elementos culturais, sendo possível interpretar a escolha da festa da Glória “como uma resposta literária ao processo crescente de modernização da corte e à “invasão” maior das

influências estrangeiras. O local por excelência dessa modernização, como não poderia deixar de ser, é a corte.” (Idem, p.27)

Segundo Hernandez (2015), José de Alencar defende, explicitamente, que certas celebrações como o Natal e a Missa do Galo costumam ser mais propícias de serem realizadas no campo do que na própria cidade moderna, utilizando-se como argumento o próprio espaço da cidade, fazendo com que o barulho de carroças e ruas cheias de lama façam com que a tradição perca toda a sua magia e encanto. No entanto, ele também ressalta aos leitores que procurem pelas igrejas e suas comemorações. Dentre elas, cita a Igreja da Glória, situando-a como um refúgio do agito das cidades e fazendo com que a ermida se posicionasse como um espaço entre a tranquilidade do campo e a agitação da cidade.

Ao usufruir de um desenho cartográfico privilegiado, a Igreja da Glória apresenta uma topografia elevada com destaques à paisagem natural. Apesar de não ser um dos motivos principais de ter um aumento em seu fluxo, é, exatamente, a dualidade entre os espaços sagrados e laicos – espaço em qual se concentra as atividades e festividades recorrentes até os dias atuais – que desperta a curiosidade e interação com o espaço do Outeiro da Glória.

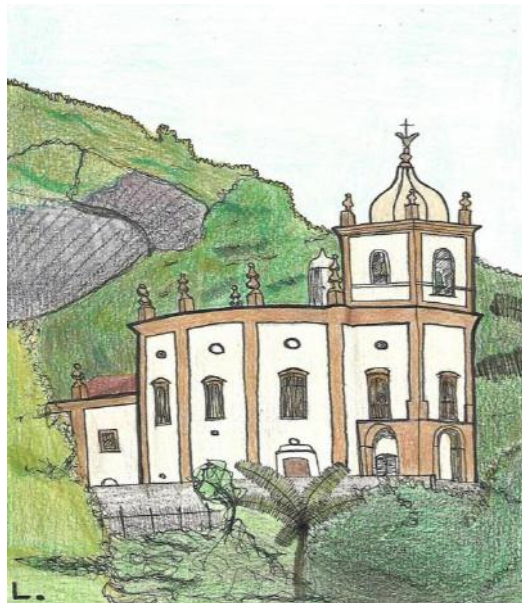


Figura 1 Ilustração Outeiro da Glória. Desenho de autoria de Lorena Coutinho Pitta. Cedido para este trabalho pela autora.⁹

⁹ Acadêmica do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ilustração baseada no Outeiro da Glória realizada para a presente monografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da vinda da Corte para o Brasil, o país experimentou um colonialismo que regulou a vida urbana das cidades, com um destaque para as irmandades religiosas que, geralmente, se fundiam com as corporações de ofícios resultando em organizações embandeiradas, ou seja, sob a proteção de santos patronos de forma a se tornar o elo entre o carnal e o transcendental. Essas corporações, então, regulavam não só o âmbito religioso, mas o social e econômico de seus membros, produzindo uma cultura emoldurada tanto pelo Estado quanto pela Igreja.

A partir disso, a historiografia se molda pelo protagonismo do Estado no que se firma o conceito de nacionalismo. Esse sentimento, anteriormente difundido na Europa no século XVIII, trouxe uma necessidade de buscar a própria identidade brasileira através de elementos que a caracterizassem como uma nação a partir do modelo europeu, mas sem que perdesse a própria identidade.

O projeto de Estado em criar uma coesão nacional e uma identidade homogênea para o país contou com diversos elementos como: o discurso literário, a língua, a bandeira e uma história oficial como aparato discursivo pós proclamação da Independência. No entanto, diferentemente da Europa, o Brasil não tinha um passado histórico – representado pelo medievo – a ser recuperado como símbolo de ideário nacional devido à colonização portuguesa. Dessa forma, fez-se necessário que houvesse uma nova alternativa para a construção do imaginário nacional.

A partir do Romantismo e impulsionado por tal discurso identitário, a literatura se faz presente na contribuição da disseminação do ideal de nação e na construção da identidade brasileira. Sendo assim, José de Alencar aborda esse espírito nacionalista através de discursos ficcionais que preenchem lacunas lendárias da história do país, que se comunicam não só com o espaço físico, mas com costumes, valores e ideais de forma a trazer uma verossimilhança e aproximação com as experiências do leitor, aproximando-o e permitindo a interação com os diversos elementos retratados para mostrar as faces do Brasil.

Começa-se, então, a construir uma nação que se estrutura na mistura. Com o romance *O guarani*, José de Alencar passa a conceber um mito de origem no qual Peri e Cecília constituem o protagonismo: o índio que aceita valores cristãos e uma portuguesa que acolhe o valor “do novo mundo” das terras brasileiras, unindo, assim, os valores representados do velho mundo – colonizador – e do novo mundo – colonizado – de forma a formar um só. Tal como prevalece a união através do mito, há a disseminação da língua falada no Brasil, sendo

esse um símbolo forte de construção de identidade e substituindo as literaturas europeias ainda muito presentes.

Posteriormente, essa literatura passa a dar enfoque a miscigenação brasileira através da pluralidade encontrada na sociedade oitocentista em todos os seus aspectos sociais, antagônicos e transformistas de forma a contribuir para que o Estado conseguisse encontrar a própria linguagem como um mecanismo cultural. Ao utilizar-se do subtítulo “crônicas dos tempos colônias” como paratextos para apresentar retalhos da história dos seiscentos anos relativos à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o autor apresenta em seu livro *Alfarrábios* relatos que entrelaçam história, cultura oral e fontes historiográficas para demonstrar as etapas formativas do Brasil.

Sendo assim, ao estudar as obras apresentadas no presente trabalho, é possível reconstruir não só aspectos simbólicos e memorialísticos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mas a observar como eram entrelaçados os valores religiosos e a vida social da sociedade oitocentista, de forma a deixar bem claro que o pertencimento à irmandade significava o comum acordo as regras sociais e a prática dos valores presentes na estrutura social da época vigente.

Em *O Ermitão da Glória*, Alencar coloca em destaque os marinheiros e a origem da Igreja de Nossa Senhora da Glória, preenchendo aspectos lendários da construção da ermida, e colocando em xeque um Rio de Janeiro marcado por um catolicismo definido por manifestações externas da fé através da organização de grupos que se comprometiam a participar ativamente nas atividades da(s) irmandade(s).

Em *Lucíola*, o autor apresenta a Igreja da Glória em seu auge, apresentando a dinâmica social da época e o conflito entre o nacional e o estrangeiro, o velho e o novo, o sagrado e o laico, tal como a dinâmica de uma sociedade que ainda estava no processo de firmar a sua identidade, através de uma das festividades mais antigas do país e que, mesmo com o passar dos séculos, ainda provoca um forte efeito no cotidiano da cidade.

Logo, no que se refere a presença das Igrejas no cenário do Rio de Janeiro, constituídas pelas heranças trazidas pelos colonizadores, é possível através dos séculos que não se trata apenas no simbolismo do espaço físico de se erguer um templo, mas num espaço social que participa, ativamente, da vida urbana. A religião se configura, portanto, em um caráter unificador de um determinado território.

É possível observar através de sua autonomia que a estruturação de seu espaço urbano se constrói pontos de referências não só em um mapa, mas na representação social e aparatos administrativos que contribuem para transformações e modificações cidadinas, e essa

geografia, segundo José de Alencar, é visível em um cenário no qual se projetam contrastes de valores éticos e espirituais.

Sendo assim, o espaço do Outeiro da Glória foi organizado para exercer a fé cristã. Primeiramente, com a criação da capela [1671], que atraiu um avanço no fluxo religioso do espaço, aumentado mais com a construção fixa da igreja quarenta e três anos depois [1714]. Ao se beneficiar com a escolha da Família Real para a celebração de seus atos religiosos, foi concebido a Igreja da Glória o título de Imperial.

Conclui-se que, apesar de todas as transformações ocorridas nos espaços geográficos com o passar do tempo, a Igreja da Glória não só domina parte da paisagem nos mapas urbanos, mas, mantém-se intacta em seu valor histórico e cultural. E, embora a Igreja tenha acompanhado e testemunhado diversas transformações, dentre elas, várias que faziam com que o “novo” e o “velho” acabassem convivendo e disputando o espaço apresentado, tanto as mudanças quanto à tradição permanecem vivas no imaginário social e literário.

Logo, pode-se dizer que Igreja Nossa Senhora da Glória, ainda hoje, constitui um ponto turístico importante do Rio de Janeiro, pois, apesar de prevalecer o espírito de fé e de devoção, provenientes da tradição de cultos religiosos, também há um grande interesse em se conhecer o monumento ou suas festividades, proporcionando assim um espaço heterogêneo e repleto de significado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, dez. 1994. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1985> Acesso em 01/03/2021

ALENCAR, José de. **Lucíola**. 12ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Alfarrábios**: crônicas dos tempos coloniais. Rio de Janeiro: Garnier, 1872.

ANTONANGELO, Anderson Villadala. José de Alencar, identidade e imagem: Análise sobre a era da imagem como elemento de expansão do projeto identitário do autor. **Revista 2i: Estudos De Identidade e Intermedialidade**, v.2, n.1, p. 41-48, 2020. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/72353>> Acesso em 25/06/2021

CAMPÊLO, Ana; NASCIMENTO, Luciana. Trilhas urbanas do rio imperial: o espaço da cidade na obra de José de Alencar. **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Revista Philologus**, ano 18, n. 54. Suplemento: Anais da VII JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/54supl/065.pdf>> Acesso em 18/08/2021

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880**. 6 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

DE MARCO, Valeria. **A perda das ilusões**. O romance histórico de José de Alencar. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. **História da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de doc. e inf. Cultural, 1990.

FANINI, Angela Maria Rubel. A questão nacional do romance *Lucíola* de José de Alencar. In: *Revista de Letras*, n. 1, Curitiba: Universidade Federal Tecnológica do Paraná, 1996, p. 1-12. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2190/1355>> Acesso em 25/07/2021

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1º sem. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933>> Acesso em 15/11/2020

FRIDMAN, F.; MACEDO, V. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635109>> Acesso em 30/03/2021

GIACON, Eliane Maria de oliveira; GIACON, Giane Maria. Discussões sobre o conceito de identidade. **Ave Palavra**, v.2, n.12, 2011. Disponível em:

<<https://revista.unemat.br/avepalavra/EDICOES/12/artigos/giacon.pdf>> Acesso em 03/03/2021

GUIMARÃES, Julian Guilherme Fermino. Literatura na Corte. A dramatização do espaço como estratégia narrativa em José de Alencar. **Revista de estudos brasileiros**, v.7 n.15. (2020): Segundo Semestre 2020, Sección General, Páginas 105-119. Disponível em <revistas.usal.es/index.php/2386-4540/article/view/reb2020715105119>

HELENA, Lucia. Terra fértil, bom selvagem: Histórias do mal estar. In: **Organon**. Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Porto Alegre, v.15, .30-31, 2001, p.41-47. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/organon/issue/view/1697/showToc>> Acesso em 28/11/2020

HERNANDES, Gabriel Queiroz Guimarães. **O lampiro noturno, entre céu e charco: um estudo do espaço em Lucíola**. 2015. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-11042016-111504/pt-br.php> Acesso em 23/09/2021

HOBBSAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KNAUSS, Paulo. Imagem do Espaço, imagem da história. A representação espacial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Revista Tempo**, v. 2, 1997. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-6.pdf> Acesso em 08/12/2020

LEÃO, João Antônio Johas. Qual relação da Assunção de Nossa Senhora com Nossa Senhora da Glória? **A12 Redação**, 2021. Disponível em: <www.a12.com/redacaoa12/espiritualidade/qual-relacao-da-assuncao-de-nossa-senhora-com-nossa-senhora-da-gloria> Acesso em 06/09/2021

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos avançados** v. 22, n. 62, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/752>> Acesso em 01/08/2021

MACHADO DE OLIVEIRA, A. J. A festa da glória. Festas, irmandades e resistência cultural no rio de janeiro imperial. **História Social**, n. 7, p. 19-49, 11.

MARTINS, Mônica de Souza N. **Entre a Cruz e o Capital: a decadência das corporações de ofícios após a chegada da família real (1808-1824)**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

MENDES, Maria Lúcia Dias. A presença de Walter Scott e Jules Michelet no romance histórico de Alexandre Dumas. **XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências**. USP: São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/Abralic2008/MARIA_MENDES.pdf> Acesso em 26/06/2021

NASCIMENTO, Mara Regina do. Irmandades religiosas na cidade: entre a ruptura e a continuidade da transferência cemiterial em Porto Alegre, no século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. 30, n.1, p 85-103, 2004. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23519>>
Acesso em 15/08/2021

NASCIMENTO, Luciana Marino do; RIBEIRO, João Carlos de Souza. **Vozes consonantes da cultura literária brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

RAMOS, Luís António de Oliveira. A Revolução Francesa assimilada e sofrida pelos portugueses. **Revista de História**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, n. 11 (1991). Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6400.pdf>>
Acesso em 10/04/2021

ROSENDAHL, Zeny. Hieropólis: **O sagrado e o Urbano**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

SCHWARCZ, L.M.; STARLING, H.M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Rosa Maria dias da. Um templo glorioso de fé e tradição – Outeiro da Glória. **Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro**. n.5, 2011, p.285-294. Disponível em: < <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/um-templo-glorioso-de-fe-e-tradicao-outeiro-da-gloria/> > Acesso em 12/07/2021

SILVA, Sandra Mara Alves da. O Nacionalismo romântico e a formação de uma literatura nacional no Brasil. **Revista e-escrita**, Nilópolis (RJ), v. 8, n. 2, p. 252-267, maio/ago. 2017. Disponível em < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52382>>
Acesso em 06/05/2021